

Apresentação

Fernando dos Santos Neves
Presidente do Conselho Geral do “Grupo Lusófona”
e Director da Revista de Humanidades e Tecnologias

O que é a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias?¹

Se é verdade que todos os dias têm de ser “Dia da Universidade”, nada impede que se aproveite do “Dia da Universidade propriamente dito”, para tentar, de maneira mais consciente e mais responsável, responder à pergunta: **Que é a Universidade, a nossa Universidade, a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, a U.L.H.T., a Lusófona**, para simplificar e como é habitualmente designada? E apesar de também ser verdade que as perguntas são sempre mais importantes do que as respostas, porque quem pergunta é porque já sabe responder, na linha de pensadores tão diversos como Pascal (“*Ninguém procuraria Deus, se já não o tivesse encontrado!*”) ou Marx (“*Uma sociedade só avança para as revoluções que já é capaz de fazer!*”) ou Agostinho da Silva (“*Quem discute é porque já está de acordo!*”), para não falar do espertalhoide título “*Se não sabe, porque é que pergunta?*”, eu pergunto e vou procurar responder. Por várias razões, a começar por esta de a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias se ter transformado no ponto de referência (o “*analogatum princeps*” dos antigos lógicos) de todo um conjunto de estabelecimentos de ensino que a si mesmos se deram a designação de “**Grupo Lusófona**” (“**Grupo Lusófona**”, digo e não “**Grupo Lusófono**!”). “*Honor, Ónus*”, grande “honra”, mas também grande “peso” para a “Lusófona” e, para todas as demais Escolas, necessidade absoluta de saberem o que é, afinal, essa (esta) “**Lusófona**” que a todas define e que todas devem autonomamente imitar, para que a designação de “**Grupo Lusófona**” não seja uma ilusão ou até uma mentira! Nem bastaria, evidentemente, limitar-se a citar o para nós primordial artigo do Decreto-Lei fundador da ULHT, em que se diz ter a “**Lusófona**” como objectivos “*o ensino, a investigação e a prestação de serviços nos vários domínios da ciência, da cultura e das tecnologias, numa perspetiva interdisciplinar e, especialmente, em ordem ao desenvolvimento dos países e povos de língua portuguesa*” (art. 4º do Decreto-Lei nº 92/98 de 14 de Abril).

Ou talvez até baste, mas no fim das nossas explicações, já que, como todas as boas definições, também esta deverá vir no fim e não no princípio da investigação.

¹ Discurso proferido no “Dia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias” (31 de Março de 2007) e que parece pertinente “Apresentação” do número da “Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias” que dá origem definitiva à nova série da Revista como órgão científico-pedagógico e académico-institucional de todas as “Universidades Lusófonas”.

1

A “Lusófona” é uma Universidade pós-25 de Abril 1974 (em vários sentidos e com várias consequências).

Numa periodização generalíssima das Universidades Portuguesas, às “épocas” já consagradas da “Universidade de Lisboa/Coimbra” (1ª época), das “Universidades de Lisboa e Porto” (2ª época, implantação da República), das “Universidades Novas” (3ª época, anos 70 do século passado), o professor catedrático de Coimbra, doutor J. Gomes Canotilho, acrescentou a 4ª época das “Universidades Privadas” como “fruto histórico do 25 de Abril” (aquele “25 de Abril de 1974” que foi justamente e aliás previamente caracterizado por J. Medeiros Ferreira com os três “Dês” da “Descolonização”, da “Democratização” e do “Desenvolvimento”, a que eu mesmo tenho acrescentado vários outros “Dês” e, para o caso, o “D” capital da “Desalfabetização” da sociedade portuguesa.

A “Lusófona” é e quer ser uma “Universidade Abrilista”, o que significa que não é nem do “24 de Abril” nem do “11 de Março” nem do “25 de Novembro” e, neste sentido, o seu hino, que é o belo poema de Fernando Pessoa: “*Deus quer, o homem sonha, a obra nasce...*” também podia ser: “*Grândola, Vila Morena...*”, a emblemática canção de Zeca Afonso e do “25 de Abril de 1974”.

E também por isso a “Lusófona” tem contribuído e continuará a contribuir como nenhuma outra para que ao Ensino Superior Privado deixem de ser associadas aquelas características que, por inevitáveis circunstâncias históricas e por outras que podiam e deviam ter sido evitadas, lhe foram e por vezes lhe são ainda atribuídas, a saber, o de ser um coito de professores conotados com o “antigamente” e um ensino falho de seriedade científica e pedagógica (o que às vezes ambigualmente se traduz na expressão dos “cursos de papel e lápis”)...

Em ambos estes aspetos, tornou-se desde há muito público e notório o reconhecimento oficial e mais que tudo societal da “Lusófona” como universidade plenamente “democrática” (até já lhe chamaram uma “universidade socialista” e uma “universidade comunista”!) e como a universidade científica e pedagogicamente inovadora por antonomásia.

2

A “Lusófona”, mais que uma “nova Universidade”, quer ser uma “Universidade Nova de Humanidades e Tecnologias”.

O primeiro projeto, em Portugal, de uma tal Universidade foi, nos anos 70 do século passado, o projeto da “Universidade

Nova de Lisboa”, o qual, por razões várias, não passou disso mesmo, de um projeto, inviabilizado e tornado velho ainda antes de nascer, não obstante as louváveis mas frustradas tentativas do Prof. Leopoldo Guimarães na Faculdade de Ciências e Tecnologia do Monte da Caparica e a renovada metodologia, a que sempre augurei e auguro os maiores êxitos, introduzida pelo Prof. Freitas do Amaral na sua Faculdade de Direito, não por acaso combatida ou simplesmente ignorada pelas outras Faculdades Jurídicas. E o tal projeto novo, que não chegou a sê-lo, era essencialmente o seguinte: uma universidade situada num campus, com as diversas áreas científicas estruturadas não em Faculdades autárquicas e autistas mas em departamentos autónomos a comunicarem entre si, ou seja, utilizando uma terminologia mais académica: **um campus universitário, uma interdisciplinaridade científico-pedagógica, uma departamentalidade institucional**. Infelizmente, 20 anos mais tarde, ao enveredar por tal “novidade-modernidade”, como consta da sua filosofia e vem exarado nos seus Estatutos, a “Lusófona” fez entre nós figura de reconhecido e muito isolado pioneirismo, com esta nova e moderna visão de “Humanidades & Tecnologias” que, em última análise, se funda naquilo que, desde há 30 anos, venho denominando a “**Ruptura Epistemológica Primordial**”², que se situa ao nível do próprio conceito de ciência e pode laconicamente definir-se como a passagem de uma conceção monoparadigmática, reducionista e totalitária a uma conceção pluriparadigmática, aberta e democrática da Ciência (todas as ciências!).

Ninguém mais do que eu se regozija com o caminho andado que até já eventualmente permitiria a reutilização, por exemplo, de termos como “Faculdades”, uma vez definitivamente exorcizados os tais perigos autárquicos, autistas e quejandos...

3

A “Lusófona” quer ser uma universidade da Lusofonia, com a Lusofonia, para a Lusofonia!

O “estado da arte ou da nação” da Lusofonia (e da CPLP?) acaba de mostrar todo o seu esplendor nos últimos tempos com o surrealista “*caso da carta de condução de Mantorras*”

² Sobre o conceito de “Ruptura Epistemológica Primordial” (REP), por mim originariamente lançado no “Congresso Internacional para as Revoluções Científicas” (Lisboa, 1984), cf., designadamente: Fernando dos Santos Neves et Alii, Introdução ao Pensamento Contemporâneo, Tópicos, Ensaios e Documentos, Capítulo I: Epistemologia do Pensamento Contemporâneo, Edições Universitárias Lusófonas, 2007.

e os não menos surrealistas casos das “*cartas de condução dos Portugueses de Angola*”...Mais palavras para quê?

Querem outro caso, finalmente parecido pelo que revela de ridículo, de inconsciência e de inexistência de uma visão lusófona? A 10 de junho do ano 2006 publiquei, no Jornal Público, uma breve nota intitulada: “*As velhas feiras do Livro estão mortas; vivam as novas feiras do Livro Lusófono!*”, tendo, a seguir, convidado todos os editores e livreiros portugueses para um encontro sobre a maneira de ultrapassar a sentença por mim citada do escritor José Eduardo Agualusa: “*O Parque Eduardo VII talvez seja realmente o lugar apropriado para acolher a actual Feira do Livro de Lisboa. Representam ambos um passado morto!*”

Sabem quantas foram as respostas ao meu apelo individualizado: duas ou três, a dizerem que não podiam aparecer. Os editores e livreiros portugueses preferem continuar com as suas barraquinhas no seu Portugalinho e nas suas Feirinhas do Livro do “passado morto”!

“*Eppur si muove!*”, como terá sido o grito antiobscurantista de Galilleu! E, no entanto, a “**Hora da Lusofonia**” está aí e, desculparão a imodéstia, está aí em grande parte devido à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias! Os próprios vocábulos “Lusofonia” e “Lusófono” só terão sido introduzidos na linguagem e nos dicionários portugueses depois da existência e por influência da Universidade Lusófona. Até me recorde de que, ainda nos anos 80 do século XX, uma das grandes objeções à denominação desta Universidade como Universidade Lusófona era de que tal palavra não existia e “*soava mal*”...

Mas o que é, então, a “Lusofonia” de cuja existência a U.L.H.T. se tornou a grande responsável histórica e de que a C.P.L.P. (em cujo nome, não por acaso, nem sequer o termo “Lusofonia” ou “Lusófono” aparece...) poderia vir a ser o motor e a pública realização essencial (competente “Secretário-Executivo” já tem, só lhe falta quase tudo o resto...)?

Remetendo, neste momento, para quanto tenho vindo a escrever sobre o assunto, direi apenas o seguinte³:

a) A Lusofonia é, obviamente e antes de mais nada, uma essencial questão de Língua, a questão da “Língua

³ Sobre todas as questões da Lusofonia (independentemente da questão de saber se o próprio vocábulo só entrou nos dicionários e no uso corrente por sua influência e da “Universidade Lusófona”, como, segundo os entendidos, parece ser o caso...), tem o autor recorrentemente falado e escrito nos últimos anos, designadamente, em:

- *Para uma Crítica da Razão Lusófona, Onze Teses sobre a C.P.L.P. e a Lusofonia* (Edições Universitárias Lusófonas, 2ª ed., 2002).
- *Res-Publica, Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais, nº 3/4 (“Dossiê Lusofonia”)*

Portuguesa” como uma das pouquíssimas línguas potencialmente universais do século XXI e como tal podendo e devendo tornar-se instrumento único de comunicação e desenvolvimento, sendo tempo, para todos e de todos os quadrantes, de se abandonarem, uma vez por todas, os fantasmas de reais colonialismos passados ou de possíveis colonialismos futuros. **Há muito que deixaram de existir os “Países e Povos de Expressão Portuguesa, os Países e Povos Lusíadas”, dando lugar a “Países e Povos de Língua Portuguesa, a Países e Povos Lusófonos!”** Quando perceberão isto os “colonialistas de antanho” e os “anti-colonialistas de sempre”?

Compreender-se-á também porque é que eu permanentemente desassossegue as consciências de todos os Lusófonos com perguntas, só à primeira vista secundárias, como, por exemplo: Para quando a criação de uma Academia interlusófona da Língua Portuguesa? Para quando a feitura e a entrada em vigor legalmente obrigatória de um (nem sequer disse “do”) Acordo Ortográfico Lusófono? Para quando, designadamente da parte dos governos de Portugal e do Brasil, a ultrapassagem do provincianismo que impede de entender que o investimento em leitores e professores de Português no mundo inteiro (a começar, obviamente, no Espaço Lusófono) é, além do resto, o investimento económico-político mais rentável? Para quando a promoção das “Feiras Lusófonas do

- *A Globalização Societal Contemporânea e o Espaço Lusófono: Mítideologias, Realidades e Potencialidades* (Edições Universitárias Lusófonas, 2000).
- *O Lugar e o Papel das Ciências Sociais e Humanas* (Edições Universitárias Lusófonas, 2ª ed., 2002)
- *Para um Direito Comunitário Lusófono?*, in: *Direito Natural, Justiça política*, Vol. 1, Coimbra Editora 2005.
- “*Hora da Globalização*”, “*Hora da União Europeia*”, “*Hora da Ibero-América*”, “*Hora do Mercosul*”, “*Hora da Lusofonia*”, em: Fórum Internacional da UNESCO sobre Ciências e Políticas Sociais, Buenos-Aires, 20-24 Fevereiro 2006 e no Jornal “Semanário” (10/03/06).
- *Os “tempos cairológicos” ou as “horas cairológicamente certas” de Portugal e das Universidades Portuguesas*, em: *O Dia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*, 8 de Abril de 2006 (Edições Universitárias Lusófonas).
- A “*Hora do Porto*” na “*Hora da Europa*” e na “*Hora da Lusofonia*”: “*10 mandamentos*” e “*11 teses*”(Porto, Clube Via Norte, 26 de Junho de 2006).
- “*Hora Cairológica da Lusofonia*”, “*Hora Cairológica da Língua Portuguesa*”, *Hora Cairológica da CPLP?*, em: *Semanário*, 14 de Julho 2006.
- “Lusofonia e Estratégia Geopolítica”. Comunicação proferida no XIV Encontro da AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa Brasil, São Paulo: 22 a 25 de Julho de 2004.
- “Tese sobre a Lusofonia e a CPLP enquanto Comunidade Lusófona”. Comunicação inicial ao “I Congresso Internacional da Lusofonia”, Sociedade de Geografia de Lisboa, 8-9-10 de Fevereiro 2007.

Livro” e, de maneira mais vasta, do “Mercado Editorial e Comunicacional Lusófono”? Porque é que uma revista histórica como “Présence Africaine, Revue Culturelle du Monde Noir” se tornou, desde há muito, “Cultural Review of the Black Word” e ainda não “Revista Cultural do Mundo Negro”, já que o Português é reconhecidamente a 3ª maior língua europeia do Continente Africano? Porque é que nos grandes centros europeus e mundiais tanto Portugal como Brasil se esquecem de colocar os seus jornais, revistas e outras publicações de Língua Portuguesa? Porque é que, sendo o Brasil demograficamente o maior país católico do mundo, a Língua Portuguesa ainda não se impôs no Vaticano como uma das grandes línguas da Igreja Católica? Etc. Etc. Etc?... E não obstante alguns considerarem que o “*JL (Jornal de Letras, Artes e Ciências)*” se transformou no “*boletim paroquial da aldeia lisboeta*”, não posso deixar de solidarizar-me com a nobre “luta contínua” do seu director, José Carlos de Vasconcelos, que ainda no último número de 28 de março mais uma vez resmungonamente disse e disse bem: “...*Lamento tudo o que entre nós não se tem feito, e devia fazer, pelo que é a nossa maior riqueza e o nosso principal fator de identidade. Enquanto os nossos vizinhos e amigos espanhóis, em conjunto com os ibero-americanos que falam castelbano, dão um magnífico exemplo com o IV Congresso Internacional da Língua Espanhola, em Cartagena das Índias, que termina hoje, quarta-feira, 28. Congresso antecedido de uma reunião plenária da Real Academia Espanhola com a Associação de Academias da Língua (dos 22 países de idioma comum), que aprovou a Nova Gramática da Língua Espanhola, tendo como objectivo fixar o «espanhol comum» e acrescentar-lhe todas as «variantes, incluindo a de Espanha». Um exemplo, a que voltarei. Por agora, revertendo ao início deste comentário, lembro a sugestão aqui deixada há um ano, sobre a qual tombou o silêncio do costume e que mantém a mesma ou maior pertinência: ligar a sede e a ação do nunca verdadeiramente «activado» Instituto Internacional da Língua Portuguesa ao vitorioso Museu da Língua de São Paulo...*”

E também eu aproveito da oportunidade para saudar a recente inauguração do “**Museu da Língua Portuguesa**” na maior cidade lusófona (e quase também não lusófona) do Mundo que é a cidade brasileira de São Paulo, até porque isto poderá bem ter sido, para os Brasileiros, o princípio do princípio, ou seja, o princípio da perceção de que, sem o Brasil, nunca haverá Lusofonia mas também de que, sem a Lusofonia, nunca haverá Brasil que deixe de ser o eterno “*país do futuro*”!

E, sem nenhuns provincianismos patrioteiros ou outros, em recentes magníssimos encontros ibero-americanos, até me vi na obrigação de alertar: “*Caveant Lusophoni*”, “*Atenção, Lusófonos!*” e recordar a todos (lusófonos incluídos) que nesse grande Espaço Humano da IberoAmérica há, pelo menos, duas grandes línguas, a saber, o Espanhol e o Português e que é mesmo o Português-Brasileiro a única dessas duas línguas que tem um país gigante a falá-la, o que, já para Fernando Pessoa nos inícios do século XX, era uma das condições essenciais para que uma língua qualquer pudesse tornar-se uma língua universal... Nem é por acaso que, na sigla BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China) dos grandes países emergentes agora tanto na moda, a primeira das iniciais é, precisamente, a inicial “B” de Brasil, cuja língua, em “*mais doce*” ou em “*mais bonita*” como por vezes se diz, não deixa de ser a “**Língua Portuguesa**”!

b) A Lusofonia é, também e sobretudo (como mais uma vez e demoradamente expliquei no “I Congresso Internacional da Lusofonia”, Sociedade de Geografia de Lisboa, 8, 9 e 10 Fevereiro 2007), **um decisivo projeto ou uma decisiva “questão de estratégia comum de Desenvolvimento Humano Sustentável e de Espaço Geopolítico Próprio no globalizado mundo contemporâneo”**. O que também é válido para a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), que deveria adotar o nome menos restritivo de “**Comunidade Lusófona**”.

E sobre a “**Lusófona**”, enquanto “**Universidade da Lusofonia, com a Lusofonia e para a Lusofonia**”, nada mais direi, aqui e agora, a não ser que penso cabalmente justificada a minha repetida confissão pública de que o julgamento de que mais gosto de ouvir não é que a “**Lusófona**” seja a maior e mais completa das universidades privadas e das científico-pedagógicamente mais inovadoras de todas as universidades portuguesas, mas sim que seja por todos reconhecida como “**Universidade Certa na Hora Certa para a Lusofonia Certa!**”.

A “**Lusófona**” quis ser e está a ser, em Portugal, a “**Universidade Bolonhesa**” por excelência e os dois livros publicados nas “Edições Universitárias Lusófonas” sobre “*A Declaração de Bolonha e o Ensino Superior em Portugal*” com títulos voluntariamente provocatórios: “**Quem tem medo da Declaração de Bolonha?** (2005) e “**Adimplenda**

est Bolonia, É preciso cumprir Bolonha!” (2006) dispensam-me de mais alongamentos⁴.

Além de recordar que os benefícios e as exigências da “**Declaração de Bolonha**” se encontram apenas no seu início e que, também aqui, se exige uma permanente “**Crítica da Razão Bolonhesa**”, permitir-me-ia acrescentar, algumas palavras sobre a premente questão do “Espaço Lusófono do Ensino Superior”⁵.

Mas de que se fala quando se fala de comum “Espaço Lusófono do Ensino Superior” (ELES)?

Antes que seja demasiado tarde e se dê azo a invenções mais ou menos mitológicas e engenhosas, esta é a história factual do até agora e espero também para o futuro designado “**ELES**” (**Espaço Lusófono do Ensino Superior**):

1. “**Declaração de Luanda**”, XII Encontro da AULP, maio 2002

Foi no mês de maio de 2002, no «XII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)», realizado em Luanda, que, pela primeira vez, foi por mim lançado o seguinte desafio, a que, depois, com grande satisfação da minha parte, seria dado o nome de «**Declaração de Luanda**»:

“À semelhança do que está a acontecer na Europa com o instrumento designado «Declaração de Bolonha» e com a criação do comum «EEES – Espaço Europeu do Ensino Superior», também no âmbito do “Espaço Lusófono” deveria avançar-se de imediato para a criação de um comum «ELES – Espaço Lusófono do Ensino Superior» e todas as diversidades reais e reais dificuldades não deveriam constituir obstáculos mas apenas estímulos, já que a construção de um tal «Espaço Lusófono do Ensino Superior (ELES)» não deverá ser considerado um mero epifenómeno mas conditio sine qua non da construção do «Espaço Lusófono sem mais» ou da C.P.L.P., tal qual está a ser entendida, relativamente ao Espaço Europeu, a construção do «Espaço Europeu do Ensino Superior (EEES)». A Lusofonia real, que não cesso de proclamar como a única real via de afirmação, no concerto ou desconcerto das Nações, de todos, insisto, de todos os Países

⁴ Cf., designadamente: Fernando dos Santos Neves et Alii, *Adimplenda est Bolonia! É preciso cumprir Bolonha! A “Declaração de Bolonha” e o Ensino Superior em Portugal!*. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2006.

A implementação da “Declaração de Bolonha” na “Lusófona” deveu e continua a dever muito da sua eficácia à excelência da “Dupla de Trabalho” nomeada para o efeito (Drs. Marta Vieira e Paulo Assunção) coordenada pelo Vice-Reitor, Prof. Doutor Manuel Pinto de Abreu.

⁵ Cf. Obra citada na nota anterior, pp. 33 ss.

e Povos de Língua Portuguesa, também passa necessariamente e até primordialmente por aí, ou não fosse a «Educação de Excelência para Todos» o princípio e o motor insubstituíveis de todo o desenvolvimento humano e não fosse a norma da «Educação Universal, Obrigatória e Gratuita» o programa mais revolucionário de toda a história moderna e válido para toda a humanidade e não só para o mundo ocidental”.

2. “**Declaração de Fortaleza**” dos Ministros da Educação da CPLP, maio 2004

A notícia da assinatura, em Fortaleza (Nordeste do Brasil), da “*Declaração dos Ministros responsáveis pelo Ensino Superior da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*”, em 26 de maio de 2004, óbvia e confessadamente inspirada na “*Declaração de Bolonha*” e na “*Declaração de Luanda*”, só poderia ser bem-vinda, pese embora não ter sido feita nenhuma referência explícita a esta última (porquê retirar a Angola e à África essa justíssima honra e homenagem?).

O abaixo-assinado autor da «*Declaração de Luanda*» sobre a criação do «*ELES – Espaço Lusófono do Ensino Superior*» desde já declara que não reclamará nenhuns direitos de autor e tudo fará para que o projeto, na linha do que tem dito e escrito sobre a própria CPLP, não seja mais um retórico projeto nado-morto, mas vivamente nasça, cresça, floresça e frutifique.

Nem outra coisa seria de esperar do reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, cujos objetivos estatutariamente definidos são, enquanto Universidade, “*contribuir para o desenvolvimento de todos os Países e Povos de Língua Portuguesa*” (Decreto Lei nº 92/98, de 14 de Abril) e que não cessa de repetir que o julgamento de que mais gosta sobre a sua Universidade não é que seja “*a maior, a mais completa e a mais inovadora das Universidades Privadas Portuguesas*”, mas sim que seja por todos reconhecida como “*a Universidade Certa na Hora Certa para a Lusofonia Certa*”.

3. “**Encontro de Macau**” (12-16 de junho 2006), anunciado princípio do fim do projecto “**ELES**” da “**Declaração de Luanda**” e da “**Declaração de Fortaleza**”?

No “*Encontro de Macau*”, o até linguisticamente claro projeto “*ELES*” (*Espaço Lusófono do Ensino Superior*) transformou-se num complicado “*EESPLP*” (*Espaço do Ensino Superior dos Países de Língua Portuguesa*) e os sinais da degenerescência aparecidos durante tal encontro

constituem mero reflexo da reconhecida degenerescência geral das entidades AULP e CPLP.

É por isso que uma vez mais me interrogo e interrogo todos aqueles que não desejam passar ao lado da **“Hora Cairológica da Lusofonia”** (que não é certamente a “Hora da atual CPLP nem da atual AULP”) e num momento em que, à parte alguns europeus provincianos e desvairados, todos os povos do mundo olham para o *“modelo europeu”*, consubstanciado na dupla vertente da democracia política e do desenvolvimento económico-social, como para um horizonte de progresso ainda não ultrapassado do género humano, sobre se não poderia até ser mais fácil e mais prático, em vez de criar um novo **“Espaço Lusófono do Ensino Superior” (ELES)**, requerer uma parceria efetiva ao já criado e já funcionando comum **“Espaço Europeu do Ensino Superior” (EEES)** e que é fruto da para a história rotulada como **“Declaração de Bolonha”**.

Sem problemas pelo facto de ter lançado a primeira ideia da criação do **“ELES”**, e aliás pelas mesmas razões e com as mesmas intenções, a resposta afirmativa a tal hipótese (com eventuais ritmos diversos nos casos do Brasil, por um lado, e de Portugal e demais países lusófonos por outro lado) encontrará em mim e na **“Lusófona”** as mesmas disponibilidades pessoais e institucionais. E até poderia constituir um paradigmático exemplo do papel e lugar de Portugal enquanto membro simultaneamente da “União Europeia” (já real) e da “Comunidade Lusófona” (ainda só virtual) e que só será interessantemente europeu enquanto plenamente lusófono e interessantemente lusófono enquanto plenamente europeu... Será que, não obstante todas as aparências em contrário, o poeta é que tem razão quando categoricamente afirma: *“Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”?*

5

Como todas as universidades, a **“Lusófona” não pode deixar de ter como objetivos os clássicos objetivos “da docência, da investigação e da extensão ou prestação de serviços à comunidade...”**

Sobre o objetivo da **“docência”** não saberia dizer mais nem melhor do que o já por mim mil vezes dito e publicado, por exemplo, nas **“Onze Teses sobre o Ensino Superior em Portugal e em todo(s) o(s) Espaço(s) Lusófono(s), Que Ensino Superior para o Século XXI?”**⁶:

“O Ensino Superior deverá ser considerado, nos alvares do século XXI, como a “instrução” ou a “educação”

ou a “alfabetização” ou a “literacia” própria do nosso tempo, à semelhança do que, noutros tempos, foi considerada a “escola primária” e a “escola secundária”. Desgraçadamente, fazendo jus à observação de P. Teilhard de Chardin, “uma multidão dos nossos contemporâneos ainda não são modernos” e apenas cronologicamente podem dizer-se do nosso tempo.. E continua a ser de permanente e premente atualidade o título da histórica conferência de António José Saraiva sobre “A Escola, problema central da Nação” ou a sentença do nunca assaz lowado autor da já semi-centenária obra “O Desporto e as Estruturas Sociais” (Edições Universitárias Lusófonas, Nova Edição): “O maior crime político deste país tem sido, porque sem escândalo nacional, o desinteresse pela educação”.

Consequentemente, o Ensino Superior deveria ser normal e constitucionalmente proclamado, em sentido análogo ao que noutros tempos se fez relativamente à “escola primária” e à “escola secundária”, como “universal, obrigatório e gratuito” (tal foi, aliás, o sentido provocatório da minha “opinião publicada e discursada” sobre o assunto, em que até falei, “não já de rendimento mínimo mas de habilitação mínima nacional garantida”); e a imposição de qualquer “numerus clausus”, para além de constituir um crime e um absurdo em si mesmo, significa também a condenação de um País e de um Povo ao subdesenvolvimento.

Consequentemente também, é mesmo verdade e deveria ser já para todos uma evidência que o Ensino Superior faz parte da panóplia dos direitos humanos fundamentais, contra todos os aristocratismos serôdios e elitismos provincianos daqueles para os quais democracia ou escola para todos e qualidade aparecem como incompatíveis e não querem que todos sejam “doutores” para continuarem eles com o exclusivo e os privilégios de “Senhores Doutores” ou, nas palavras agrestes do ministro Mariano Gago, contra “todos os imbecis que vão continuar a dizer que há doutores e estudantes universitários a mais”. E oxalá esteja para breve o tempo em que, obviamente, não haja desempregados mas em que todos os desempregados que bouver tenham o diploma de licenciatura (1º Ciclo da “Declaração de Bolonha”). Nesse momento e só nesse momento Portugal teria deixado de ser um país de analfabetos!”

⁶ Cf. Texto completo, por exemplo, em: Anuário da Educação 99/2000, Standarte, 2000, pp 9 ss, ou na obra anteriormente citada “Adimplenda est Bolonia! É Preciso Cumprir Bolonha!”, Edições Universitárias Lusófonas, 2006, pp. 37 ss.

Maximamente oportuna e maximamente decisiva para o futuro da sociedade portuguesa é a nova filosofia de abertura das portas das universidades a todos os candidatos com mais de 23 anos, independentemente das suas habilitações oficiais (Decreto-Lei nº64/2006 de 21 de março). Arrepiando caminho da velha mentalidade subjacente, por exemplo, aos antigos “Exames Ad-Hoc” (que visavam não a inclusão, mas a exclusão do universo do ensino superior aos adultos portugueses), esta legislação poderá vir a significar aquilo que já foi rotulado como uma verdadeira “Revolução Cultural” e como a hora caiologicamente certa da “Universidade para Todos”⁷.

Juntamente com a implementação da “Declaração de Bolonha”, de que, aliás constitui um elemento essencial para quem tem olhos de ver, é uma das grandes e últimas oportunidades de as universidades portuguesas e, de maneira mais global, a sociedade portuguesa no seu conjunto retomarem os caminhos da modernidade e do desenvolvimento.

Na vertente “investigação”, a “Lusófona” vive uma hora particularmente dinâmica e não é só pelas proclamadas exigências, teóricas, práticas e burocráticas, da implementação da “Declaração de Bolonha”...

Esse dinamismo vem de trás e desde há muito se reflete, por exemplo, nos vários “Centros e Unidades de Estudo e Investigação”⁸ reconhecidos pela “Fundação para a Ciência e Tecnologia” e, tipicamente, no “Estatuto do Investigador” e nas numerosas **Revistas Científicas** (on-paper e on-line), que constituem casos absolutamente singulares no conjunto de todas as universidades portuguesas (públicas, privadas, concordatárias e quaisquer outras!)⁹.

Quanto à “**extensão universitária**” e mais precisamente quanto à específica ligação “**Lusófona-Empresas e**

Lusófona-Sociedade”, é de todos conhecido e reconhecido o pioneiro trabalho do nosso “**Gabinete do Empreendedorismo**” e posso anunciar que anunciada será em breve a criação do “**Conselho Geral de Assessoria Estratégica**”, o qual, segundo os estatutos, “*terá como missão apresentar propostas relativas ao desenvolvimento da ULHT, tendo particularmente em vista adequar o ensino e a investigação que nela se fizer às potencialidades, necessidades e interesses de Portugal e de todos os países e povos lusófonos*” e “*será composto por personalidades particularmente relevantes, tanto sob ponto de vista cultural e social como económico e político*”. E também desde já posso anunciar que, para a Presidência, será convidado o nosso amigo e companheiro de sempre, Dr. António de Almeida Santos, que (Lusofonia e Amizade obrigam!) não se tem cansado de dizer que ao Reitor da “**Lusófona**” Fernando dos Santos Neves nunca soube nem saberá dizer “Não”.

6

De entre os vários maiores ou menores “Ex-libris” da “Lusófona”, poderíamos citar, a título de exemplos, os seguintes:

– **Cursos que foram criados na “Lusófona” pela primeira vez e alguns ainda são únicos em Portugal:** casos das licenciaturas em Ciência Política, em Urbanismo, em Ciência das Religiões, em Estudos Lusófonos; dos mestrados em Lusofonia e Relações Internacionais; do doutoramento em Pensamento Contemporâneo; etc...

⁹ Lista das “Revistas Científicas” publicadas na U.L.H.T., alguma das quais únicas a nível nacional e tendo várias atingido elevado prestígio internacional:

⁷ Rui Teixeira Santos, Editorial do Jornal Semanário, 7 de abril de 2006, o que, a nível jornalístico, melhor se escreveu sobre a matéria.

⁸ Reconhecidamente pioneira no âmbito das Universidades Privadas, a “Lusófona” conta, neste momento, com cerca de 200 (duzentos) investigadores doutorados e as seguintes “Unidades de Estudo e Investigação” (UEI) internacionalmente aprovadas e financiadas pela “Fundação para a Ciência e Tecnologia” (FCT):

- UNIDADE DE ESTUDO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E SOCIEDADE
- UNIDADE DE ESTUDO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
- UNIDADE DE I&D OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E DE CONTEXTOS EDUCATIVOS
- CENTRO DE ESTUDOS DE PSICOLOGIA COGNITIVA E DE APRENDIZAGEM
- CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM ECONOMIA APLICADA
- CIGANT – CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM COMUNICAÇÃO APLICADA, CULTURA E NOVAS TECNOLOGIAS

- REVISTA LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS
- REVISTA LUSÓFONA DE EDUCAÇÃO
- REVISTA LUSÓFONA DE CIÊNCIA DAS RELIGIÕES
- REPUBLICA – REVISTA LUSÓFONA DE CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
- CAMPUS SOCIAL – REVISTA LUSÓFONA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
- AFREUDITE – REVISTA LUSÓFONA DE PSICANÁLISE PURA E APLICADA
- BABILÓNIA – REVISTA LUSÓFONA DE LÍNGUAS, CULTURAS E TRADUÇÃO
- REVISTA LUSÓFONA DA CIÊNCIA DA MENTE E DO COMPORTAMENTO
- METACRÍTICA – REVISTA LUSÓFONA DE FILOSOFIA
- REVISTA LUSÓFONA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS DA SAÚDE
- CALEIDOSCÓPIO – REVISTA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA
- GYMNASIUM – REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, DESPORTO E SAÚDE
- MALHA URBANA – REVISTA LUSÓFONA DE SOCIO-URBANISMO
- REVISTA LUSÓFONA DE ARQUITECTURA E EDUCAÇÃO
- CADERNOS SOCIOMUSEOLOGIA
- KAIROS – REVISTA LUSÓFONA DO PENSAMENTO CONTEMPORÂNEO (no prelo)

- **Cadeiras ou disciplinas com o mesmo estatuto**, casos, por exemplo, das “Socioeconomias Políticas da União Europeia e do Espaço Lusófono” (na linha do nosso filosofema inspirador, segundo o qual só poderemos ser interessantemente lusófonos se formos plenamente europeus e interessantemente europeus se formos plenamente lusófonos...), da “Economologia” (síntese da Economia e da Ecologia), das “Ciências Cognitivas”, da “Semiótica”, da “CTS- Ciência, Tecnologia e Sociedade”, da “Etologia e Sociobiologia”, da “Sociologia da Vida Quotidiana”, etc.
- **Os Departamentos de Psicologia e de Educação Física e Desporto**, que, durante os primeiros anos, pela sua dimensão demográfica e excelência pedagógica, constituíram uma dupla de máxima visibilidade e afirmação da “Lusófona”, que ao seu oficial lema de humanismo ecuménico: **“Humani Nihil Alienum”** (**“Nada do que é Humano nos é estranho, Nenhum Homem é para nós um estrangeiro!”**) podia legitimamente acrescentar: **“Mens Sana in Corpore Sano!”** (**“Mente sadia em sadio Corpo!”**)... E não é por acaso que os estudantes da “Lusófona” quase já não têm espaço para albergar todos os troféus desportivos conquistados ao longo dos anos como não é por acaso que, hoje mesmo, simbolicamente vai ser atribuída a medalha de ouro da “Lusófona” ao Prof. Tomaz Morais, nosso antigo aluno e atual docente da nossa Universidade e selecionador da vitoriosa seleção portuguesa de Rugby, que pela primeira vez se apurou para o próximo Campeonato do Mundo da modalidade...
- **“Semanas Sociológicas”, “ACSEL, Associação dos Cientistas Sociais do Espaço Lusófono”**. Desde 1989 que se vêm realizando as “Semanas Sociológicas”, nome genérico para designar os tempos institucionais de discussão sobre tudo o que releva do *“Lugar e Papel das Ciências Sociais e Humanas na Modernização e Desenvolvimento das Sociedades Contemporâneas”*. Em 1994, a «IV Semana Sociológica» decidiu proceder à criação da primeira “Associação dos Cientistas Sociais do Espaço Lusófono”(ACSEL), com os seguintes objetivos, assim expressos no Artigo 3º dos respectivos Estatutos: *“A «ACSEL» tem como objecto o estudo do “Espaço Lusófono” entendido como a comunidade dos países e povos de Língua Portuguesa, em todos os seus parâmetros (históricos, geográficos, culturais, sociais, económicos, políticos), na perspetiva interdisciplinar das ciências sociais e humanas, contribuindo, no âmbito que lhe é próprio, para que a “Lusofonia” passe de mera ideologia ou retórica vã a um “Espaço Lusófono” realista e*

*desenvolvido que igualitariamente colabore no diálogo humano com todos os outros “Espaços” do mundo contemporâneo”*¹⁰.

- **“Universidades Lusófonas de Verão”**. A modalidade das **“Universidades de Verão”**, de grande prestígio além-fronteiras, só recentemente começou a ganhar algumas raízes sólidas no panorama português. De facto, se exceptuarmos os já muito antigos, e, aliás, muito úteis “Cursos de Verão” das nossas Faculdades Clássicas para a divulgação da Língua e Cultura Portuguesas ou os tão badalados “Cursos da Arrábida” de formação ao longo da vida (que, obviamente, não correspondem ao conceito moderno de “Universidades de Verão”) e outras mais recentes e voluntariosas “Escolas de Verão” (que, às vezes, até se autodesignam de “Universidades de Verão”, mas que, também obviamente, não correspondem a tal conceito), foi a “Lusófona” que, desde os princípios dos anos 90, lançou verdadeiramente entre nós o conceito e a realidade das **“Universidades de Verão”**, que, inseridas no projeto mais vasto das várias existentes ou existências Universidades Lusófonas e como elas identificadas com a democratização efetiva e o desenvolvimento humano sustentado de todos os países e povos de Língua Portuguesa, pretendem contribuir para o inadiável diálogo sociocultural e económico-político dos diversos “Espaços” do “Espaço Lusófono” entre si e do “Espaço Lusófono” com todos os outros “Espaços” do mundo contemporâneo. Se do ponto de vista científico-pedagógico tem sido o reitor da “Lusófona” o responsável das “Universidades Lusófonas de Verão”, do ponto de vista organizacional é justo referir três das personalidades que mais ativamente colaboraram na sua efetivação: o sr. Coronel Damas Mora, director do Gabinete de Cooperação Africana e os srs. Comandante Homem de Gouveia (pela Câmara Municipal de Lisboa) e Dr. Justino Santos (pela Câmara Municipal do Porto).
- **O “Gabinete de Cooperação Africana/Lusófona – GCA/L”**, foi criado em setembro de 1993 e organizado com 2 objetivos: o 1º, a concessão de apoios aos alunos dos

¹⁰ Os trabalhos das “Semanas Sociológicas” têm sido regularmente publicados quer na “Campus Social, Revista Lusófona de Ciências Sociais”, quer em volumes específicos, nomeadamente:

- A Globalização Societal Contemporânea e o Espaço Lusófono: Mitideologias, Realidades e Potencialidades. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000.
- O Lugar e o Papel das Ciências Sociais e Humanas. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2002.

Com as “Semanas Sociológicas” e a “ACSEL” tem estreitamente colaborado, desde a sua fundação (1991), a **“Sociedade Africanológica de Língua Portuguesa (SALP)”**.

PALOP e o 2º, o estabelecimento de relações de natureza cultural, científica e educacional com os mesmos PALOP. No decorrer do tempo e pela prática, verificou-se que o objetivo prioritário e estratégico é o apoio direto aos alunos de todos os países lusófonos.

Acções concretizadas pelo GCA/L:

- Concessão de bolsas de estudo na forma de isenção ou redução de propinas a alunos dos PALOP economicamente carenciados e seu acompanhamento e orientação a vários níveis, no sentido da sua formação, com futuros quadros superiores de seus países de origem;
- Contactos com as embaixadas dos PALOP ao nível dos adidos culturais, diretores dos departamentos de alunos, assim como com organizações e partidos, com o mesmo objetivo já referido.
- Organização de conferências, mesas redondas e colóquios.
- Apoio ao NEAL (Núcleo de Estudantes Africanos), ainda que esta seja uma associação de estudantes e, portanto, independente do GCA/L

O GCA/L já concedeu até esta data vários milhares de bolsas aos alunos de todos os países lusófonos, designadamente dos PALOP.

- **CELAM, Centro de Línguas Antigas e Modernas.** Quer na perspectiva da União Europeia (onde, como disse Umberto Eco, “*a verdadeira Língua é a Tradução*”, tendo eu próprio acrescentado que “*a verdadeira Língua da União Europeia... são todas as línguas Europeias*”) quer na perspectiva da Lusofonia (onde a “*Língua Portuguesa*” deverá funcionar como a verdadeira “*Pátria*” de todos os Lusófonos, Fernando Pessoa dixit! e donde, por exemplo, todo o apoio logístico, nem sempre pelos próprios reconhecido, dado ao projeto “**Ciberdúvidas**”), quer mesmo na perspectiva de todas as outras línguas originais dos países lusófonos, o **CELAM**, em colaboração com o Curso de “**Línguas, Tradução e Interpretação**” e a “**Babilónia, Revista Lusófona de Línguas e Tradução**”, está chamado a prestar os mais relevantes serviços, seja a nível interno de todos os cursos da ULHT, seja a nível externo de todas as áreas das sociedades lusófonas.
- **Nova Museologia, Sociomuseologia.** O verdadeiro introdutor em Portugal da “Nova Museologia”, desde o início por nós designada como “Sociomuseologia”, foi o Prof. Doutor Mário Moutinho. As marcadas características societais e desenvolvimentistas da “Nova Museologia”, aparecem, nomeadamente, na já longa série de “**Cadernos de Museologia**”, nas anuais “**Jornadas Museológicas das Autarquias Portuguesas**”

e nos programas do já antigo “**Mestrado**” e do recentíssimo “**Doutoramento em Museologia**” da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

- **O maior e mais conhecido de todos ex-libs da “Lusófona” é, sem dúvida, a existência obrigatória, em todos os cursos de Humanidades e Tecnologias da Universidade, da cadeira intitulada “Introdução ao Pensamento Contemporâneo”, cujas razões e finalidades são assim programaticamente caracterizadas: razão-finalidade humanisto-cultural, razão-finalidade luso-lusófona, razão-finalidade científico-epistemológica e razão-finalidade epistemático-paradigmática.**

Uma das linhas mestras de tal disciplina é a famosa sentença de Abel Salazar: “**Um médico que só sabe de medicina nem de medicina sabe!**” e entender-se-á facilmente que, entre as normas diretrizes para a “**adequação**” da “Lusófona” à “**Declaração de Bolonha**”, se encontre, explicitamente e enfaticamente, a seguinte:

“**Os créditos (ECTS) provenientes de cadeiras obrigatórias incluirão, em todos os cursos de Humanidades e Tecnologias, sem exceção alguma, a cadeira intitulada «Introdução ao Pensamento Contemporâneo».**”

Aproveito, aliás, para anunciar que acaba de ser autorizado, na “Lusófona”, o “**Doutoramento na especialidade de Pensamento Contemporâneo**” (caso primeiro e único de todas as universidades portuguesas) e também que o livro-manual de referência “**Introdução ao Pensamento Contemporâneo – Tópicos, Ensaios e Documentos**” já se encontra no prelo das “Edições Universitárias Lusófonas”, ambicionando, segundo as palavras de apresentação, “*pela competência pensante e relevância societal dos autores, constituir um marco histórico na edição universitária portuguesa e lusófona*”.¹¹

¹¹ Fernando dos Santos Neves et Alii, *Introdução ao Pensamento Contemporâneo – Tópicos, Ensaios e Documentos*. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2007, de que apresento, a seguir, o “Índice Generalíssimo”:

- **Introdução Geral:** Razões e finalidades de uma disciplina de “Introdução ao Pensamento Contemporâneo”, obrigatória em todos os cursos das universidades portuguesas
- **Capítulo I: Que é o “Pensamento Contemporâneo”?** “Epistemotodologia” do Pensamento Contemporâneo
- **Capítulo II: Qual é o Pensamento Contemporâneo?** Panorâmica fenomenológica do Pensamento Contemporâneo
- **Capítulo III: Quais são os “Epistemas-Paradigmas Primordiais” do Pensamento Contemporâneo?** Genealogia, Ontologia, Cânone, Código Genético e Epistemática-Paradigmática do Pensamento Contemporâneo

*

**

Esta espécie de retrato, à maneira weberiana, de “*tipo ideal*” ou de “constituição fundamental” da “Lusófona”, há muito que procuro condensá-lo na introdução ao “Guia Anual” da ULHT, onde se pode ler:

Na verdade, do projeto da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias dois são os objetivos e razões de ser primordiais: por um lado, fazer com que o ensino superior de qualidade (a “alfabetização” ou a “literacia” própria do século XXI, correspondente à velha e bela norma e conquista democrática do “ensino universal, obrigatório e gratuito!”) apareça como o grande e insubstituível motor de modernização e desenvolvimento da sociedade, no quadro interdisciplinar e interdepartamental das “Novas Humanidades” e das “Novas Tecnologias”; por outro lado, contribuir para que a “Lusofonia” passe de mero mito ou retórica vã a um “Espaço Lusófono” realista, que colabore no diálogo ecuménico com todos os outros “espaços” do mundo contemporâneo, “designio lusófono” que não se opõe, antes pelo contrário aos processos em curso da “integração europeia de Portugal”, da “Mercosulização do Brasil”, das várias “integrações regionais dos países e povos africanos e asiáticos de Língua Portuguesa”, de todas as “aculturações das diásporas de todos os Lusófonos” e da “globalização económico-societal à escala planetária”, opondo-se, sim e frontalmente, à “loucura terrorista” e à “histeria anti-terrorista” que o dia 11 de setembro de 2001 despoletou nos Estados Unidos e na Humanidade e que, uma e outra, por razões diversas mas com possíveis idênticos resultados, constituem sérias ameaças de regresso à barbárie, mediante o incumprimento ou o esquecimento da tão longa e tão difícil conquista que foram o Estado Democrático de Direito e o primado do Direito Internacional sobre a força bruta bem como da única e para todos (“terroristas”, não-terroristas” e “antiterroristas”) obrigatória “Carta Magna” da Civilização que é a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”.

Inspirando-se no clássico verso de Píndaro, a “Lusófona” procurará “*tornar-se cada vez mais naquilo que deve ser e é*”, a saber, “**Universidade, Lusófona, de Humanidades e Tecnologias**”.

Muito obrigado!

-
- *Capítulo IV: Geossocioeconomologia Política do Pensamento Contemporâneo. Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS)*
 - *Capítulo V: Questões Bibliográficas em ordem à “Biblioteca Ideal” do e sobre o Pensamento Contemporâneo*